



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 5.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 28 DE ABRIL DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. Arlindo Barbosa

Secretário: Exmo. Sr. Mohamed da Glória

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas.

A 5.ª Comissão Especializada Permanente (Comissão de Educação, Ciências, Cultura, Saúde, Emprego, Assuntos Sociais, Juventude e Desporto) procedeu à auscultação do Sr. Esmael Fernandes (Representante do Ministro da Educação, Cultura e

Ciência). Fizeram uso da palavra, além deste, os Srs. Deputados Joaquim Afonso (ADI), Ângela Pinheiro (ADI), Egrinaldo de Ceita (ADI), Ana Rita (MLSTP/PSD) e Bilaine de Ceita (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 9 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Ângela da Costa Pinheiro
Bilaine de Ceita
Joaquim **Salvador Afonso**
Egrinaldo de Ceita
Ossáquio Riôa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Arlindo Barbosa
Ana Rita
Mohamed da Glória

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Cotú

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr. Representante do Ministro da Educação, bom dia.

Somos da 5.^a Comissão, que é a Comissão dos Assuntos Sociais, representada por nove membros dos partidos com assento parlamentar, nomeadamente o ADI, o MLSTP/PSD e o PCD. Estamos com a ausência de dois elementos.

Esta audição parlamentar enquadra-se nos termos dos artigos 121.^o e 123.^o do Regimento da Assembleia Nacional, onde podemos convidar membros do Governo para, conjuntamente com o Parlamento, poder partilhar ideais e sugestões em prol do desenvolvimento do País.

Gostaria de informar que a audição com o Sr. Ministro da Educação estava prevista para às 8 horas. Temos uma programação sequente, primeiramente teríamos uma audição com o Ministro, às 8 horas, às 9 horas com a UNICEF, às 10 horas teríamos outra audição com a FONG e depois teríamos o seminário. Em relação a isso, já passamos o tempo que cabe ao Ministro da Educação, todavia, vamos ser rápidos e objectivos, para avançarmos.

O objectivo central disso é que a Assembleia Nacional pretende criar o parlamento jovem, que chamamos aqui de parlamento infanto-juvenil, e que vai beneficiar jovens do 2.^o e 3.^o ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, também jovens desfavorecidos que não frequentam o ensino escolar, ou seja, que não estão no sistema, e crianças portadoras de deficiências.

Esse parlamento infanto-juvenil atenderia, nesta fase, de acordo ao programa que temos, essas crianças.

Um dos objectivos centrais da criação do parlamento é incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política do País. Este é o objectivo fundamental, mas há outros, de acordo com a nota que mandámos.

Também enviámos toda a documentação em relação ao parlamento infanto-juvenil ao Governo, para que, antes dessa audição, pudesse inteirar-se daquilo que são os termos de referência que pretendemos e tudo indica que, se avançarmos, teremos o acto inaugural desse parlamento infanto-juvenil no próximo mês de Junho. Por isso, é que estamos numa fase de audição, para nos permitir ouvir e contar também com a contribuição do Governo, com outros parceiros e a própria Assembleia, de forma que, quando avançarmos, avancemos com passos seguros.

Há questões que queríamos ter a participação do Governo, sobretudo para que, quando avançarmos, não haja muita discussão ao nível do Parlamento. Há um problema de fundo que se coloca, que é a questão da legislação, mas há quem avance a ideia de que poderíamos partir para o acto inaugural sem ter a legislação pronta. Porque é que colocamos isso? É que a legislação toca em vários assuntos, como a questão do número das crianças, como é que elas devem ser seleccionadas. Na legislatura passada, a selecção das crianças e o número para fazer parte do parlamento infanto-juvenil foi com base na Lei Eleitoral. Penso que não é um bom caminho, mas queríamos ouvir.

A audição começa hoje com o Governo, depois se entendermos, partiremos para a Lei Eleitoral, para avançarmos. Porquê que levantamos isso? É que a Lei Eleitoral hoje para a selecção do nosso parlamento ou da eleição dos deputados, toda gente sabe como é que decorre. É através das eleições, em função do resultado eleitoral, é que aparecem os deputados, eleitos em função da lista do partido. Para o parlamento

infanto-juvenil, penso que poderá complicar, se remetermos a questão para a Lei Eleitoral, porque as escolas e os jovens não têm nada a ver, com a questão dos partidos políticos. Como isso é um pelouro desta Comissão, a 5.ª Comissão, que tem a ver com os assuntos sociais, estamos a levar a cabo uma série de audições, para recebermos da parte de todos contribuições para avançarmos.

Enviámos o dossiê para o Sr. Ministro, para que ele visse os termos de referência, porque aqui há o número de crianças, estratégia, objectivos de programas, os resultados esperados e há o próprio perfil do aluno. Se o Sr. Representante do Ministro não tomou contacto com o documento, na nossa opinião, terá alguma dificuldade em nos dar subsídios. Todavia, podemos facultar-lhe uma cópia rapidamente, para dar uma olhada, e esperamos a contribuição que vem da parte do Governo.

Em termos introdutórios, penso que é isso. Não sei se os Srs. Deputados membros da Comissão querem reforçar ou colocar alguma questão, para que o representante do Governo possa entender melhor ou ter outros elementos.

Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação, Cultura e Ciência): — *Falou fora do microfone.*

O Sr. **Presidente**: — Desde logo, queremos contar com uma parceria forte com o Governo, porque isso implica deslocações às escolas. E é preciso que da parte das escolas que forem eventualmente seleccionadas haja abertura total, para que os nossos trabalhos não se atrasem.

Temos um prazo, não definimos ainda, mas como aqui diz que são crianças do 2.º e 3.º ciclo dos ensinos básico e secundário, é preciso sabermos onde é que estão situadas, em que distritos, para nos permitir ter uma representação ao nível de todos os distritos. Por isso, queremos contar com a abertura total dos directores, nesse caso das escolas que vão ser seleccionadas, e o perfil das crianças, porque quando tivermos que fazer a selecção, teremos que mandar uma nota a essas escolas, desenhar já o perfil das crianças, para que essas crianças sejam seleccionadas ou eleitas.

Há um problema também que se coloca que é a questão da selecção ou eleição, mas penso que nessa primeira fase vamos partir para selecção com apoio das próprias escolas, em função do critério que vamos estabelecer. Depois, noutra fase seguinte, que é a institucionalização do próprio parlamento infanto-juvenil e se eventualmente a lei prevê a eleição, teremos também que definir critérios sobre como é que essas eleições decorrerão. Por isso é que o Ministério da Educação será um parceiro forte e estratégico para a implementação desse projecto, porque envolve necessariamente as escolas e as crianças.

Agradeço já essa abertura por parte do representante do Ministro, desde que foram solicitadas através da 5.ª Comissão qualquer informação ou pedido de apoio desse projecto, sobretudo na vertente da selecção das crianças, podemos contar com o apoio do Ministério da Educação, no seu todo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Afonso.

O Sr. **Joaquim Afonso** (ADI): — Sr. Presidente, apenas para reforçar aqui algumas perguntas, com relação à resposta que o representante do Ministro deu, em estar disponível para nos apoiar, mas eu gostaria que pudéssemos definir melhor, se efectivamente está dentro do processo, esclarecer-nos como é possível o Ministério vir a nos apoiar nesses aspectos.

Falou-se na selecção, também seria bom que pudesse nos aconselhar relativamente a essa questão, selecção ou eleição.

Outro aspecto, terá que nos dizer também, pensamos que é da incumbência do Ministério da Educação fazer essa selecção, como é que vai aplicar pela norma essa selecção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Como disse o Sr. Presidente da Comissão, na base do perfil, iremos seleccionar as crianças. Se nos basearmos na eleição, iremos desfazer do perfil. Depois vi aqui na nota que tem a ver com 2.º e 3.º ciclo do ensino básico. O ensino básico só tem o 1.º e o 2.º ciclos, e o ensino secundário é a partir da 7.ª classe. O 1.º e o 2.º ciclos do ensino básico é de 1.ª a 6.ª classe. 1.º ciclo, 1.ª a 4.ª a classes, e 2.º ciclo, 5.ª e 6.ª classe. Ensino secundário, 7.ª a 9.ª classes, 1.º Ciclo e 10.ª a 12.ª classe, 2.º Ciclo. Que constasse também no perfil a idade das crianças, porque quando se fala de ensino secundário, pensa-se também na idade. Creio que o perfil pode contemplar também a idade dos alunos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Afonso.

O Sr. **Joaquim Afonso** (ADI): — Quando se começar esses trabalhos nas escolas com as crianças haverá alguns procedimentos e gostaria de solicitar como serão esses procedimentos, se efectivamente será da responsabilidade dos Deputados da 5.ª Comissão ou se se poderá delegar essa responsabilidade ao Ministério da Educação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Eu acredito que em tempo útil a 5.ª Comissão poderá solicitar informações ou contactar as direcções do Ministério relacionadas com as escolas e poderemos comunicar a tempo útil. Assim seria mais viável, seria um elo, de forma que possamos estar também mais dentro do processo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Afonso.

O Sr. **Joaquim Afonso** (ADI): — Portanto, pretende-se realizar a primeira sessão do parlamento juvenil no mês de Junho e sabemos que é o mês dos exames e essas coisas todas. Acha que essa actividade não vai perturbar, sobretudo para as crianças do Príncipe?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Eu estava a ver a possibilidade da realização dessa actividade no mês do Junho, tendo em conta o mês da criança, mas revertendo-se a questão dos exames, porque temos exames em finais de Junho, acredito que se poderá dar o pontapé de saída antes e posteriormente outros passos poderão ser dados. As crianças do Príncipe podem vir um ou dois e poderão regressar antes, mas tem que ser pelo menos em meados de Junho, período antes dos exames, que serão em finais de Junho.

O Sr. **Presidente**: — As questões estão esgotadas, considerámos que há abertura, porque de certeza que para isso avançar o Governo é fundamental, porque está ligado às escolas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Pinheiro.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, o que trago não é uma preocupação. É uma questão para tomar nota, porque muitas vezes o Ministro e os directores que estão mais perto do Ministro estão sensíveis em ajudar, mas na prática, lá na base, os professores não estão disponíveis nem sensíveis a isso. Então eu gostaria que, antes de chegarmos, pelo menos eles já estariam dentro do assunto e tivessem essa abertura para ajudar a seleccionar essas crianças, quando for o momento próprio.

Já temos muitas experiências dessas, em que o Ministério diz que está sensível, mas quando chega ao momento, visto que se avizinha as actividades do 1.º de Junho e depois têm que se preparar para os exames, os professores ficam mesmo subcarregados e muitas vezes cada um começa a fugir. Por isso, seria bom mobilizar cada um neste sentido ou então podemos ter um ponto focal no Ministério, que estaria também em contacto com a 5.ª Comissão, Sr. Presidente, um elo para facilitar.

O Sr. **Presidente**: — Penso que em termos de elo, qualquer expediente que temos que fazer ao nível da Assembleia, acho que deve ir mesmo para o Ministro...

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Ele então encaminha para essas pessoas, ou...

O Sr. **Presidente**: — Mas pode levar essa preocupação que foi levantada em relação a um elo, para não ser sempre o ministro.

Agora, gostaria de fazer uma pergunta, para ouvir a opinião do Governo. Vejo aqui que um dos critérios é a língua portuguesa, falada e escrita. O que é que aconselha a Assembleia? Se partirmos mesmo para as escolas, optamos por selecção ou eleição de crianças? Como disse, se ouvi bem a sua intervenção, se partimos para a eleição das crianças, pode distorcer a questão do perfil que queremos estabelecer.

Por isso, qual é o conselho que dá à 5.ª Comissão, para futuramente reflectir e ter uma opinião consensual em relação a isso. Sabemos que se formos para a selecção, também poderemos correr riscos, porque quando se fala de selecção, há sempre uma apadrinhagem, cunha, isso já conhecemos. Sabemos que há outro risco que poderemos correr também com a eleição, porque pode não corresponder ao perfil que a Assembleia quer definir ou estabelecer. Então, qual é a opinião do Governo em relação a isso, para registarmos e, na devida altura, discutirmos e termos uma posição definitiva?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Acho que a questão de perfil vai ao encontro dos alunos. Acredito que é uma boa iniciativa, uma boa ideia.

Quanto à questão de língua portuguesa, creio que na escola há alunos que sabem falar muito bem a língua portuguesa. Os directores de turmas, por exemplo, têm um papel fundamental, tendo em conta o próprio resultado que os alunos têm obtido ao longo dos períodos. Por isso, poderemos partir daí também. Envolvendo os directores das escolas, há os directores de turmas, e podem fazer uma selecção dos alunos.

O Sr. **Presidente**: — Quer dizer que a opinião é a selecção e não eleição, com base no perfil. Já agora, o perfil que está aqui estabelecido. Dado que tem experiência na área da educação, pode nos aconselhar. Isso é uma proposta, como é óbvio. Os senhores que são donos da educação podem nos aconselhar quanto a mais critérios para permitir a selecção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Pinheiro.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, é somente para dar uma ideia que estive a partilhar com a Sra. Deputada Bilaine. Temos aqui «domínio escrito e falado da língua portuguesa, conhecimento do direito das crianças, boa capacidade de análise e poder de redacção». Sr. Presidente, pode-se lançar, por exemplo, um concurso de redacção, depois os professores seleccionam as melhores redacções e a gente combina um dia para fazerem a apresentação dessas redacções. Pode ser uma metodologia. Para não ficar aquilo que os professores seleccionam as pessoas, dado o seu prazer e amiguismo e, muitas vezes, quando vêm aqui não correspondem àquilo que é o objectivo do próprio programa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Eu me referi a isso, tendo em conta os alunos que mais se destacam na própria turma. Quando falo da direcção de turma, não é só o director da turma. Tem a ver também com a própria turma em si e será uma selecção. Vamos dar exemplo do Liceu Nacional. Há muitas turmas e nem todos os alunos poderão participar.

Há uma sugestão que a Sra. Deputada acabou de apresentar que acho que é válida, a questão de redacção. Muitas vezes há alunos que são bons, mas têm outros defeitos. Pode-se ir por essa via, através de um concurso de redacção, mas isso vai exigir um trabalho prévio, para poder...

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Não sei se o Sr. Director também tem uma ideia de como seleccionar as escolas, visto que não dá para participarem todas as escolas, de todas as comunidades. É impossível, não tem como. Então, dê-nos um método para seleccionarmos as escolas. Seria aleatório?

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Há escolas que muitas das vezes já se realçam, em termos de actividades...

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Ir à busca dessas?

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro de Educação): — Sim.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — E porque não ir buscar aquelas que estão mais escondidas para se lembrar delas?

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro de Educação): — Também.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Podem estar escondidas e ter bons alunos.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Acho que o critério deve abranger todas as crianças. Não podemos incluir uma e excluir outra, mas também não podemos incluir toda gente. Acredito que o processo de selecção será também definido por um dos critérios da selecção das escolas e não apenas o perfil dos alunos. Porque só com o perfil dos alunos poderemos encontrar em todas as escolas, se calhar, alunos com esses perfis. E poderemos ter um bocado de dificuldade em termos de selecção desses alunos todos, tendo em conta o número que é bastante reduzido.

O Sr. **Presidente**: — Só para explicar, como é que vamos partir para isso? Vamos dar, por exemplo, um número para todo o distrito de Água Grande, que vai abarcar o 1.º e o 2.º ciclos do ensino básico. É a partir daí que o Ministério parte para a selecção das escolas e assim sucessivamente. Estamos a optar pelo mesmo figurino que o Parlamento tem em termos de números e depois vamos fazer esses cálculos para dar a percentagem. Não sei que via vamos utilizar, mas admitamos a hipótese de que Água Grande tenha 10 crianças, abarca todas as escolas do Distrito, seja ele do 1.º ou do 2.º ciclo, em função daquilo que é o projecto.

Penso que em relação a isso, quando evoluirmos, vamos enviar uma nota a dizer «o número de deputados é esse, Água Grande tem tantos» e gostaríamos de contar com o Governo para seleccionar as escolas e até lá as escolas já terão essas informações, para permitir que a 5.ª Comissão, no dia da avaliação, saiba como é que isso está a desenrolar e eger ou seleccionar as referidas crianças.

Como eu disse, estamos numa fase inicial e não queríamos partir só com uma proposta, sem ouvir, sem ter inclusão e participação, sobretudo dos parceiros que fazem parte na envolvência e criação do parlamento infanto-juvenil. Por isso, como estamos numa fase inicial, esse termo de referência que

distribuímos poderá sofrer ainda muitas alterações. Acolhemos aqui algumas preocupações do Governo, sobretudo algumas perguntas que foram feitas pelos Deputados e depois comunicaremos, na próxima secção de trabalho, que será através de uma outra audição ou através de expedientes normais aqui da Assembleia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Egrinaldino de Ceita.

O Sr. **Egrinaldino de Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, a dinâmica que o Ministério da Educação tem estado a levar a cabo no sistema, foi criada uma delegação ao nível distrital e acho que essa delegação deveria ser aproveitada, porque tanto no 1.º ciclo como no 2.º ciclo existem professores que fazem parte da delegação que têm fiscalizado e desenvolvido trabalhos pedagógicos juntamente com os professores. Logo, para não se dizer que no processo de selecção houve apadrinhagem, acho que com a participação deles daria mais credibilidade. Independentemente de os professores fazerem as suas selecções, esses colaboradores seriam alguém que pudesse também certificar efectivamente se a criança está qualificada e corresponde aos critérios que forem mais tarde descritos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Normalmente, quando fazemos as actividades distritais, os delegados estão sempre, e estão muito mais próximos das escolas. Creio que as actividades estarão também protagonizadas pelos delegados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, como estamos na fase da auscultação, o projecto propõe 35 deputados, queremos saber qual seria a opinião do Ministério da Educação, se deveríamos partir com os 35 ou se deveríamos fazer o projecto com 55, de acordo com a Constituição que temos na República. Também queríamos ouvir a opinião do Ministério da Educação sobre este ponto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Quanto ao número de crianças, vai depender também, tendo em conta o número de escolas e o número de crianças que temos no País, porque temos que envolver também as crianças com necessidades educativas especiais e as crianças que não estão no sistema.

Pelo menos por aquilo que ouvi do Sr. Presidente, acredito que 35 é razoável, mas se for até 55 é melhor, porque vai abarcar mais crianças.

Quanto ao critério de distribuição pelos distritos, tendo em conta o número, também vai facilitar a selecção. Poderemos definir para cada distrito o número de crianças que irão participar.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Está esclarecido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Egrinaldino de Ceita.

O Sr. **Egrinaldino de Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, tenho uma preocupação, não sei se o Sr. Director tem acompanhado, mas eu diria que as nossas condições financeiras não são as melhores, dependemos de toda maneira do Governo. Quanto mais o número de crianças aumentar, aumenta também a possibilidade de mais despesas e não sei até que ponto o Governo estaria em altura de poder colaborar, se no caso for solicitado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — É uma preocupação que vou levar, mas acredito que vai depender também dos critérios da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine de Ceita.

A Sra. **Bilaine de Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, a minha questão vai muito na esteira da questão colocada pelo colega Deputado. De qualquer forma, o processo de selecção dos alunos para o parlamento juvenil vai requerer alguma dinâmica, mesmo dentro das escolas. Estou a falar, por exemplo, da deslocação e da mobilização dos professores.

Falou-se aqui, por exemplo, que a selecção dos alunos poderá ter a ver com a redacção e haverá pessoas para ler e avaliar as redacções. Isso terá mais alguns custos que vamos ter que suportar ou se pode incluir nas atribuições desses professores ou directores de turmas? Será o Ministério da Educação, a Assembleia ou outro parceiro que suportará esse custo?

A questão fundamental é se teremos custos adicionais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Sr. Presidente, quanto à questão de custos, o Ministério tem uma administração financeira que poderá responder, mas é mais uma questão que irei remeter na reunião e ver se a questão de colaboração poderá funcionar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Pinheiro.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, a preocupação da Sra. Deputada é se lançamos, por exemplo, um concurso de redacção, a equipa que vai seleccionar essas redacções, tem-se que pagar alguma coisa? Vai ter algum custo adicional ou pode ser mesmo tarefa do dia-a-dia, tanto do director como do professor?

É neste sentido que a Sra. Deputada fez a pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Sr. Presidente, em termos da gestão das escolas, creio que não, mas sabemos que hoje em dia as pessoas exigem sempre. Mas é uma situação que podemos ver dentro da política do Ministério, com os professores e directores das escolas, de modo a tentarmos resolver, porque é uma questão nacional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Afonso.

O Sr. **Joaquim Afonso** (ADI): — Sr. Presidente, é só para reforçar aqui a ideia, que foi levantada pela Sra. Deputada Ângela, de que deveria haver um elo para trabalhar em directo com a 5.^a Comissão. Acho que, obviamente, isso se faz sentir, relativamente a todas essas propostas e preocupações, sobretudo quando entra já o caso de sensibilização dos relatores para algumas documentações. Pode ser possível facilitar, se houver previamente o processo de sensibilização, para que eles entendam efectivamente que é um caso nacional, que há necessidade de colaboração. Porque já vi como estavam a querer dizer e sabemos como é que isso funciona. É apenas isso.

E também para solicitar por quanto tempo a 5.^a Comissão ficará à espera dessas respostas todas, porque precisamos de tempo para agir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Na próxima semana.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Egrinaldo de Ceita.

O Sr. **Egrinaldo de Ceita** (ADI): — É na esteira daquilo que disse o colega Joaquim. Eu só queria fazer um realce e também um pedido. Independentemente de ser director ou advogar no sentido de essas nossas preocupações realmente serem sanadas, é para ver que o parlamento infantil também é um palco que o Ministério da Educação vai ter para expor a qualidade do ensino, através das crianças. É por isso que peço, de toda maneira, o seu total empenhamento, para que isso tenha o êxito esperado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Representante do Ministro da Educação.

O Sr. **Esmael Fernandes** (Representante do Ministro da Educação): — Mas antes queria esclarecer que não sei se é possível relativamente às crianças do Príncipe, já que se fala de questões financeiras. Para as crianças virem, terá custos. Virão com o suporte da Comissão ou mesmo do Ministério?

O Sr. **Presidente**: — De acordo com a nossa verba, se for posto à disposição, as crianças do Príncipe serão contempladas, no quadro desse orçamento. Por isso é que estamos a fazer esse apelo. Talvez se o Governo puser à disposição aquilo que está projectado para 2016, não haverá problema. O problema é o desbloqueamento da verba. Quando a gente solicita essa rubrica ao nível do orçamento da Assembleia, há essa dificuldade, porque o Governo não põe à disposição. Já que o assunto urge e é com a parceria da UNICEF, estamos a lançar esse apelo para que esse processo se acelere. O resto se cair, então toda a mobilização vinda dos alunos estará contemplada no orçamento global da Assembleia.

Uma vez mais muito obrigado, vamos dar por encerrada esta audição e continuar sempre com essa abertura e elo. Estamos abertos, basta contactar a Assembleia, através da 5.^a Comissão. Se as informações chegarem, no mesmo dia teremos as informações.

Está encerrada a reunião.

Eram 9 horas e 40 minutos.